

O liberalismo ilustrado

MIGUEL REALE

O liberalismo ilustrado, para empregarmos terminologia consagrada por Roque Spencer Maciel de Barros, distingue-se pela consciência de que a salvação maior da liberdade reside nela mesma, no seu uso prudente e comedido e no esclarecimento social dessa singular capacidade de autopreservação. É dessa consciência que se irradia a conexão essencial entre o comportamento esclarecido, porque fundado na ciência, e o legítimo, porque baseado na ética.



Nesta minha sondagem das raízes eidéticas de nossa tradição liberal, podemos verificar que bem cedo os nossos maiores perceberam a necessidade de ligar o programa liberal à causa do ensino. É assim que, na visão constitucional de José Bonifácio, sobressai a proposta de criar "escolas primárias e ginásios pelas províncias, e uma universidade com sede em São Paulo". Dele divergiram seus colegas da Constituinte de 1823 apenas para exigir que houvesse mais de uma universidade para cultivo das ciências, belas letras e artes, tal como ficou, depois, consignado no inciso XXXIII do artigo 169 da Constituição do Império, outorgada por D. Pedro I.

Como já assinalai em artigo anterior, outro momento relevante da correlação entre liberalismo e educação no Brasil é devido a Tavares Bastos, de cunho mais realista e achegado às nossas circunstâncias. Ao mesmo tempo que reclamava, em meados do século passado, "o derramamento da instrução elementar e dos conhecimentos úteis (que) marcam a medida do progresso de um povo", inclusive para iluminar a passagem dos escravos da senzala para a liberdade, ele optava por saudável gradualismo, insistindo na necessidade de ensino primário completo, do secundário e profissional, sobretudo agrícola, para os quais reclamava a autonomia das províncias, até atingir a cúpula universitária.

É, porém, com Rui Barbosa, que a problemática educacional alcança projeção excepcional, não apenas pela abrangência dos assuntos versados como pela profundidade de suas análises. Como saliento em conferência intitulada **O jovem Rui e a educação liberal**, proferida em Salvador, em 1982, e depois inserta em meu livro **Figuras da Inteligência Brasileira**, os dois pareceres do mestre baiano na Câmara dos Deputados, um sobre o ensino secundário e superior, e outro sobre o ensino primário, datam, respectivamente, de 1882 e 1883 e são da concepção geminada. Por eles se pode verificar que Rui, longe de ser um racionalista abstrato, ou uma personalidade de tendências místicas, era, aos 32 anos, como o foi até seu exílio após a Proclamação da República, um adepto entusiasta da filosofia científico-positiva,

aquela grande corrente de pensamento que, abrangendo idéias oriundas de múltiplas fontes, do primeiro Comte a Spencer, de Stuart Mill a Haeckel, iria marcar o apogeu da cultura burguesa até a 1ª Grande Guerra.

Pois bem, é ele partidário indefeso da obrigatoriedade do ensino primário de base científica, o que, a seu ver, não importa em nenhum atentado à liberdade, por se tratar de um bem comum da humanidade. Não vê, por outro lado, incompatibilidade entre a idéia liberal e a função pedagógica do Estado, equiparável à da defesa da saúde pública, tomando medidas preventivas ou profiláticas.

Lembrando significativamente Tavares Bastos, nada parece tão urgente ao jovem deputado como "derramar a instrução pública", parecendo-lhe ser esse um instrumento de paz social, e a via inovadora para as mudanças graduais reclamadas pelo povo.

No que se refere ao ensino secundário e superior, ainda é ao saber científico neutro e objetivo a serviço da verdade que ele recorre, exigindo provas para ingresso nas universidades, bem como frequência obrigatória como condição de preparo normal adequado. Contra os pregadores de liberdade absoluta nos cursos universitários, sua palavra é candente: "Não é a primeira vez que a invocação da liberdade serve para acobertar a licença."

Tão cioso é, porém, da liberdade de pensamento que não compreende a universidade identificada com uma escola filosófica, preferindo que o ensino de filosofia seja feito como "história das idéias, sistemas e escolas".

É na linha magistral de Rui que se situa o movimento de renovação dos valores educacionais que culminou, após a Revolução de 1930, na legislação federal que fixou as bases da instauração universitária no Brasil. É, então, que o liberalismo ilustrado se afirma em São Paulo sob a liderança de Júlio de Mesquita Filho, norteadado pelo mesmo ideal de fidelidade à ciência, com "confiança ilimitada no poder da experimentação", conforme palavras suas oportunamente lembradas por Oliveiros S. Ferreira no artigo comemorativo de seu centenário. A Universidade de São Paulo é fruto dessa diretriz liberal, o que não deve ser jamais olvidado.

Muito embora hoje não prevaleça mais confiança ilimitada nos poderes das ciências positivas, a *objetividade científica*, sempre sujeita a permanentes testes e retificações, continua sendo um dos valores primordiais cuja preservação legítima, orienta e circunscreve a interferência do Estado na ordem econômica e cultural.

É por essas razões que a universidade não pode ficar adstrita à sua missão de ensinar, cabendo-lhe, conforme magistério do grande liberal Humboldt, promover a formação (*Bildung*) científica e ética dos que nela procuram se atualizar como homens livres.

■ Miguel Reale, filósofo, jurista, membro da Academia Brasileira de Letras, foi reitor da USP